



ISSN: 2595-5713

Vol. 06 | N°. 11 | Ano 2023

AS CAMPANHAS DE PACIFICAÇÃO VERSUS AS CAMPANHAS DE RESISTÊNCIA: UMA ANÁLISE DO PAPEL DOS COLONOS BÓERES NA COLONIZAÇÃO DO SUDOESTE ANGOLANO ENTRE 1879-1915

PACIFICATION CAMPAIGNS TO RESISTANCE CAMPAIGNS.
AN ANALYSIS OF THE ROLE OF BOER SETTLERS IN THE
COLONIZATION OF SOUTHWEST ANGOLA BETWEEN
18879-1915

António Ndelesse Epifânio

RESUMO: A revisão da literatura escrita sobre o Sudoeste Angolano, na segunda metade do séc. XIX e início do séc. XX, mostra as dificuldades dos portugueses em impor seus valores e padrões culturais aos Herero, Ambo e Nhaneka-Humbe, bem como aos seus subgrupos e a outros povos que não entram nesta classificação. Nosso entendimento é que a dificuldade se deveu ao fato de serem poucos, sendo a maioria comerciantes. Entretanto, desde 1879 a situação começou a ser revertida face a chegada dos bóeres, expulsos da África do Sul pela Grã-Bretanha. O objetivo deste artigo é analisar o papel dos bóeres para que os portugueses pudessem ocupar esta região, visto que só depois deste período é que o exército português teve capacidade para enfrentar os vários exércitos dos povos locais.

PALAVRAS-CHAVE: Sudoeste Angolano; Bóeres de Angola; Campanhas de Pacificação; Campanhas de Resistências; Guerras no Sul de Angola; Herero; Ambo; Nhaneka-Humbe.

ABSTRACT: A review of the literature written about south-west Angola in the second half of the 19th century and the beginning of the 20th century shows the difficulties the Portuguese had in imposing their values and cultural standards on the Herero, Ambo and Nhaneka-Humbe, as well as their subgroups and other peoples not included in this classification. Our understanding is that the difficulty was due to the fact that they were few in number, the majority being traders. However, since 1879, the situation has begun to change with the arrival of the Boers, who were expelled from South Africa by Great Britain. The aim of this article is to analyse the role of the Boers in enabling the Portuguese to occupy this region, since it was only after this period that the Portuguese army was able to face the various armies of the local peoples.

Site/Contato

Editores

Ivaldo Marciano
ivaldomarciano@gmail.com

Alexandre António Timbane
alexandre.timbane@unilab.edu.br

KEY WORDS: Southwest Angola; Boers of Angola; Pacification Campaigns; Resistance Campaigns; Wars in Southern Angola, Herero, Ambo and Nhaneka-Humbe.

AS CAMPANHAS DE PACIFICAÇÃO VERSUS AS CAMPANHAS DE RESISTÊNCIA. UMA ANÁLISE DO PAPEL DOS COLONOS BÓERES NA COLONIZAÇÃO DO SUDOESTE ANGOLANO ENTRE 1879-1915

António Ndelesse Epifânio ¹

Introdução

Entre 1879 e 1880, os territórios situados na margem direita do rio Cunene, considerados portugueses, são percorridos pelos bóeres vindos da África do Sul, após atravessarem a Damaralândia, atual Namíbia. A chegada dos bóeres no território que corresponde hoje ao Sudoeste de Angola, constituiu ameaça ao modo de vida dos povos Herero, Ambo e Nhaneka-Humbe (REDINHA, 1969, p. 16-17; ESTERMANN, 1983, p. 19-20)² e dos moradores sertanejos portugueses.³ Por razões e circunstâncias que ofereceram interesse mútuo às partes europeias envolvidas, os bóeres são autorizados a se instalarem no planalto da Huíla, região na qual fundam duas colônias, Humpata e Palanca, em 1881. Durante a sua estadia no Sudoeste de Angola, sobretudo até 1915, os bóeres foram a força das quais os portugueses puderam se servir para impor seus desígnios aos povos do Sul e Leste de Angola.

O objetivo deste artigo visa analisar o papel desempenhado pelos bóeres para que os portugueses pudessem dominar os povos autóctones do Sudoeste de Angola e tem como base os escritos da época, recolhidos por etnógrafos, comerciantes, sertanejos, missionários, militares e governantes (profissionais ou amadores). Parte destes escritos são cartas e relatórios expedidos para a metrópole (Lisboa), dentre as quais podemos encontrar os primeiros estudos etnográficos, cujo objetivo consistia em recolher a oralidade dos “selvagens”, e assim organizá-la para construir a sua história, dada a “incapacidade” coletiva destes em fazê-lo, conforme se pode ler nos referidos estudos. De forma sutil, pode se observar nestes mesmos escritos os estereótipos por parte dos autóctones em relação aos europeus. Os ova-nkumbi, por exemplo, viam os “brancos” como exóticos por usarem calças. Apesar de alterações significantes nos costumes dos povos do Sudoeste, em tempos atuais, percebe-se ainda alguns choques culturais entre europeus

¹ Funcionário administrativo do ISCED Huíla (Angola). Mestre em Ensino da História de África. antoniondelesseepifanio@gmail.com Este artigo é fruto das reflexões da dissertação, intitulada «Os bóeres de Angola. Reconstituição do legado da sua passagem pelas terras da Humpata 1880-1928» apresentada no ISCED-Huíla. Agradeço os contributos do Prof. Doutor Jorge de Abreu Arrimar, Prof. Doutor Helder Alicerces Bahu, e do Prof. Doutor Alberto Manuel Duarte de Oliveira Pinto.

²Melo (2005, p. 159-178) faz críticas interessantes a estes estudos, sobretudo quanto à classificação e a agregação dos Nhaneka e dos Humbe num mesmo grupo étnico, os «Nyaneka-Nkumbi».

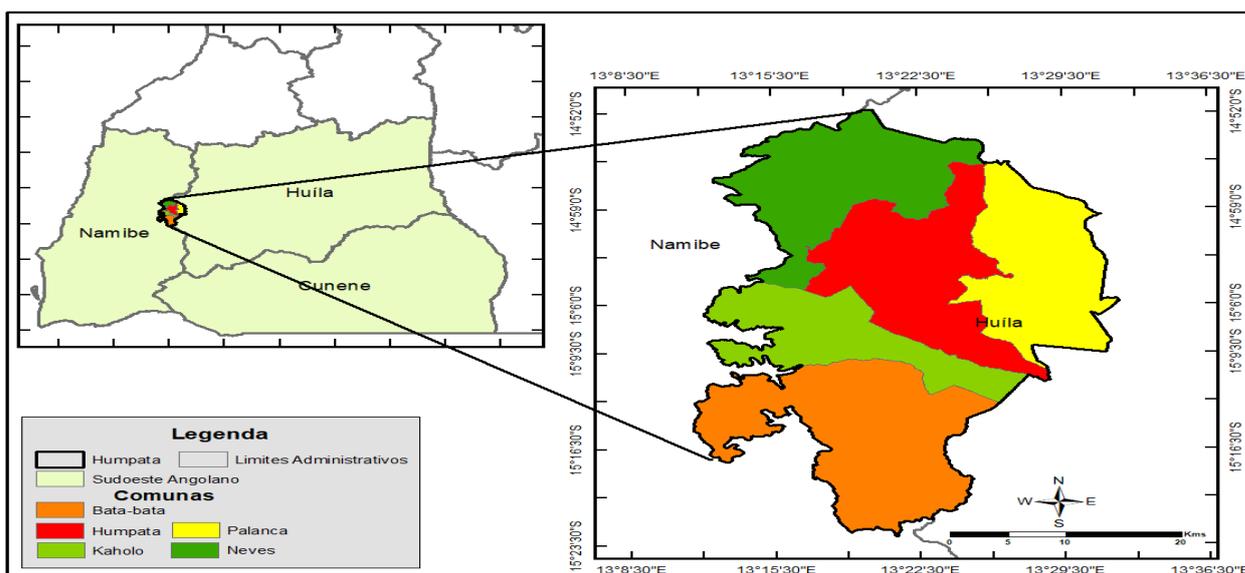
³Estes eram empregados de Narciso e Bastos, comerciantes de Moçâmedes, que lhes forneciam mercadorias e provisões diversas, com as quais trocavam por gado que levavam a Moçâmedes, que posteriormente era vendido em Luanda e exportado para o Gabão (DUPARQUET, 1953, p. 98 e 163).

e seus descendentes, e os homens e mulheres pertencentes aos povos autóctones desta região de África. Tais questões se traduzem em riquezas culturais, como se segue.

Heterogeneidade dos povos e culturas no Sudoeste angolano

O Sudoeste Angolano, conforme ilustra o mapa abaixo, corresponde às atuais províncias do Cunene, Namibe e Huíla, e no período histórico em referência, faziam parte do distrito de Moçâmedes.⁴

Mapa: Sudoeste Angolano com infoque à Humpata, antiga colónia bóer



Fonte: Epifânio e Vela (2023).

Seus primeiros habitantes são classificados como povos não-bantu ou pré-bantu, em oposição aos bantu.⁵ Os pré-bantu, ditos “não-negros” são os bosquímanos, divididos em Kedes e Kwepes, e os “negros” são os Cuissis ou Vatwas. Os primeiros foram empurrados para as margens do rio Cunene (nas atuais províncias do Cunene e da Huíla), e os segundos para o

⁴ Criado pelo Decreto de 1 de Dezembro de 1869, em que se organizou a administração ultramarina. «Angola passou a ser dividida em três distritos – Loanda, Benguela e Mossamedes – e começa a colonização oficial» (MAGALHÃES, 1925, p. 11-12). No nosso entendimento a «colonização oficial» querará dizer o período em que o internamento no interior, bem como a interação e domínio sobre as populações estava a cargo de particulares, funantes e comerciantes do mato, muitos destes serão convertidos como os primeiros governantes, caso de João Francisco Garcia Moreira, que se tornou em 1841 o primeiro regente do Forte de S. Fernando, que mais tarde veio a ser Moçâmedes, capital do distrito.

⁵ Bantu é um etnónimo que começou por ser apenas um elemento linguístico. Alguns estudiosos observaram que um conjunto de povos africanos, não obstante as diferenças físicas, culturais e até mesmo linguísticas, entre elas havia um elemento comum, pois todas usavam a mesma palavra (radical) «ntu» para designar o ser humano. Sendo o radical uma palavra neutra, quando queriam referir-se a mais do que uma pessoa, juntavam ao radical “ntu” o prefixo “ba” ou “va”. E assim o termo “va-ntu” ou “ba-ntu” queria dizer gente (pessoas, homens e/ou mulheres) (Ver REDINHA, 1969, p. 5).

deserto do Namibe (na atual província do Namibe) pelos bantu (ESTERMANN, 1983, p. 18-19). Muitos cruzaram-se com os bantu, europeus e outros povos (REDINHA, 1969, p. 5-8).

Quanto aos grupos bantu Ambo, Nhaneka-Humbe e Herero, como já tivemos a ocasião de o dizer no início, estão estes entre os principais grupos na divisão clássica dos povos de Angola (REDINHA, 1969, p. 16-17). Cada um destes povos tem suas divisões internas, havendo subgrupos no interior destes que ligeiramente se diferenciam na localização geográfica, linguística e modos culturais diversos (penteados, agricultura e/ou pecuária, rituais, organização social e política, entre outros). ⁶ De acordo com Bahu (2011):

a maior parte dos grupos étnicos de Angola não se revê no quadro da classificação elaborada no período colonial, baseada essencialmente em critérios linguísticos e proximidade cultural (...) Actualmente, vimos verificando um pouco por todo o lado uma série de manifestações de grupos étnicos que não aceitam a ideia de serem “subgrupos” de outros (BAHU, 2011, p. 49, 55).

É o caso dos ovi-womu, antigos serviçais dos bóeres que se encontram na Humpata (Humpata Sede e Neves, ver mapa acima) desde 1881, há mais de um século, recrutados entre os diversos povos dos países africanos da África Austral: Zulu, Hotentote, Hinga, Ambundu e outras por onde os bóeres passavam. Hodiernamente, apesar de absorvidos somaticamente pela maioria Mwíla (um subgrupo Nhaneka-Humbe), os ovi-womu⁷ não fazem parte de nenhum povo do Sudoeste Angolano da classificação clássica citada.



Fonte: Arquivo do autor (2023). Fotografia: Membros da comunidade ovi-womu, Neves

⁶ Para mais profundidade sobre as questões culturais leia-se Estermann, 1983. E para a especificidade da agricultura e/ou pecuária em cada uma das províncias ou zonas ainda mais restritas, leia-se Diniz, 2006.

⁷ Para uma leitura mais profunda, ler Epifânio (2023, p.69-76).

Feita a breve caracterização do Sudoeste Angolano, que não corresponde a um por cento da riqueza da fauna, flora, dos povos e suas culturas e tradições, segue-se outra breve descrição acerca dos motivos que fizeram com que os bóeres tenham saído da África do Sul, e assim vieram se internar em Angola, nas terras altas da Huíla especificamente na Humpata, um dos pontos mais altos do Sudoeste Angolano.

A «estrada de miséria e de dôr»⁸, uma quase extinção dos bóeres no deserto da Namíbia

Os bóeres são originários da África do Sul. O país surgiu como feitoria, algures da atual região do Cabo, entre a Baía da Mesa e *Cape Town*. Foi construída como entreposto para abastecer navios que circulavam entre a Europa e a Índia. Ponto obrigatório nos longínquos séculos das navegações (XV, XVI e XVII) para abastecer de água doce e víveres os navios (ver WONDJI, 2010, p. 462). A feitoria foi fundada a 6 de abril de 1652 por Yan Van Riebeeck ao serviço da Companhia holandesa das Índias Orientais, evoluindo para uma colônia agrícola holandesa que se expandiu a Leste e a Norte. Em 1688 três mil huguenotes franceses, expulsos de sua pátria devido à revogação do édito de Nantes,⁹ instalaram-se no Cabo, juntando-se aos holandeses. Deste cruzamento surgirá mais tarde o povo bóer: 13% de origem francesa, 34% alemã e 35% holandesa (ver GUERREIRO, 1958, p. 11; OLIVER, 2019, p. 2).

Em 1795 os Países Baixos (Holanda) passaram ao domínio da França, e seu príncipe refugia-se na Grã-Bretanha, concedendo à Inglaterra o direito de ocupar o Cabo temporariamente. O território passaria ao domínio efetivo inglês a partir de 1803 (GUERREIRO, 1958, p. 12). Em 1870 os colonos britânicos começam a influenciar a metrópole de que proteger o interesse nacional era colocar sob a sua administração os demais territórios da região, que até então gozavam de certa autonomia, caso das colônias bóeres e os reinos africanos de Xhosa, Moshoeshoe, Moletsane, Sikonyela, Moroka, Kora, Griqua, entre outros. Tais pretensões brotam em terrenos férteis num contexto internacional imperialista¹⁰ sobre a África, sendo agravado com as descobertas de jazidas de diamante e ouro (BHEBE, 2010, p. 169-171).

Em 1877 era feita a referida anexação pelos ingleses (PAIVA, 1938, p. 279) e a consequente guerra de resistência da parte dos bóeres (OLIVEIRA, 1986, p. 177; BHEBE, 2010,

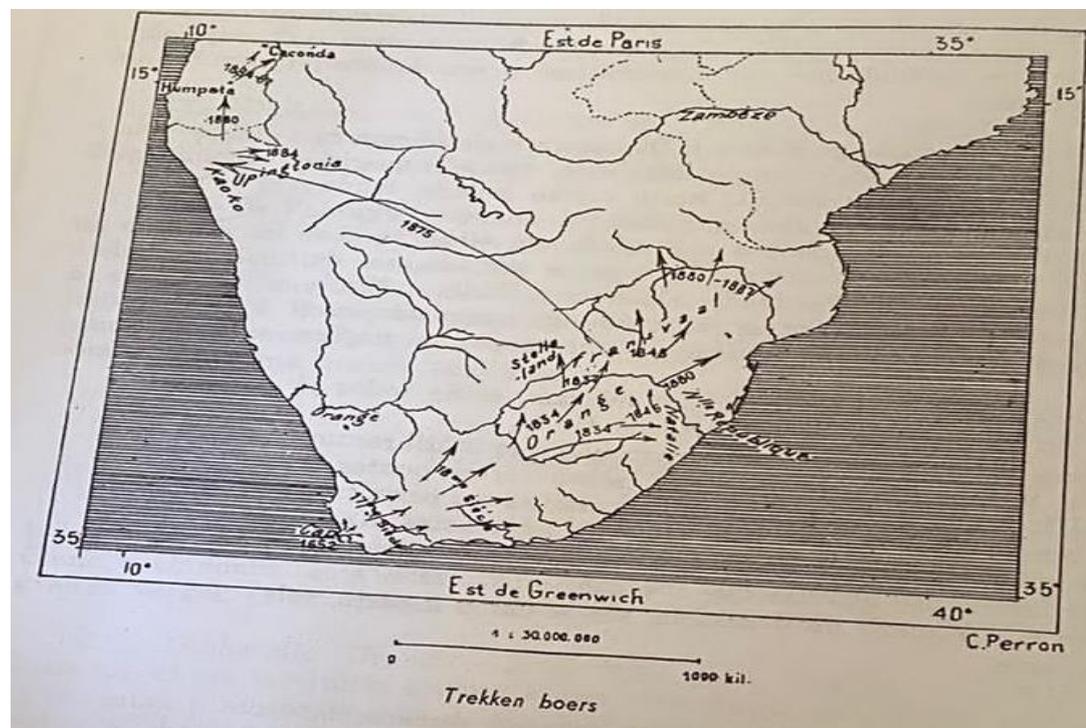
⁸ Retirado de Paiva (1938, p. 280).

⁹ Na França do século XVI os protestantes não eram tolerados, sendo exemplo dessa intolerância o massacre da noite de São Bartolomeu, em 24 de Agosto de 1572. O rei católico Henrique IV, também conhecido por “O bom Henrique”, exarou o Édito de Nantes que defendia a tolerância religiosa, quebrando assim quarenta anos de massacres dos protestantes pelos católicos.

¹⁰ Leia-se Malowist (2010, p. 1-26) para um retrato continental sobre a expansão do capitalismo. E Oliveira (1968, 177) para o caso concreto da África do Sul.

p.170). A anexação provoca o *trek*¹¹ — uma longa viagem iniciada a 20 de maio de 1874/5, que leva cerca de mil pessoas do Transvaal em direção ao norte. Eram cerca de seiscentas famílias, com os seus duzentos carros puxados por numerosos bois e carregados de provisões, mobília, instrumentos de trabalho, utensílios e suas manadas (PAIVA, 1938, p. 278).

Mapa: Trakken boers (Orange, África do Sul- Humpata, Angola- 1875-1880)



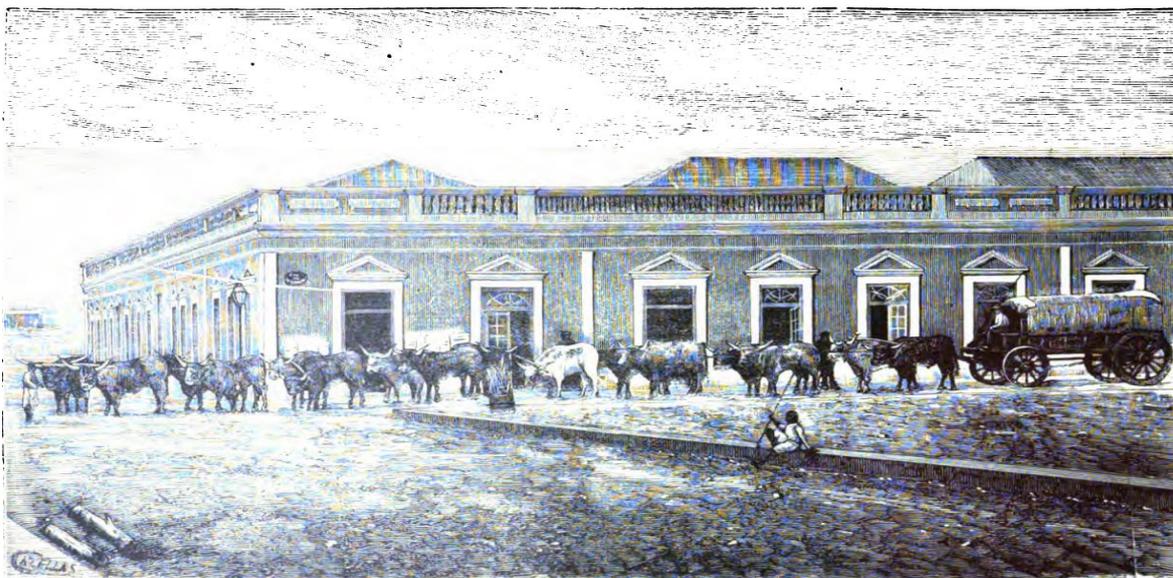
Fonte: Duparquet (1953).

As atribulações da viagem fizeram com que um número considerável de migrantes retrocedesse e se fixasse no Alto Limpopo (entre a África do Sul e o Botswana, e entre a África do Sul e o Zimbabwe), tendo o restante tomando aproximadamente o seguinte itinerário: Bechuanalândia (República do Botswana), Letoutsie e Zukowaanklakani, lago N'gami (no Calaari, Botswana) (ALMEIDA, 1912, p. 279; GUERREIRO, 1958, p. 13; PAIVA, 1938, p. 280). A este *trek* juntaram-se outros dois que seguiram o Cubango, atravessaram uma região infestada pela mosca tsé-tsé, até chegarem a Grutfontein, onde permaneceram até fevereiro de 1877, com permissão de um chefe hotentote. Problemas climáticos fizeram com que mais alguns regressassem. Os demais seguiram a marcha. Continuaram a sofrer as maiores privações e

¹¹ Há dois trek, o grande trek do século XIX em função dos atritos no Cabo entre os ingleses e os bóeres, que foi um movimento migratório que levou os bóeres a instalarem-se no Norte, Orange e Transvaal, entre 1835-1840 e o trek de 1874/1875 (MEDEIROS, 1976, p. 164; GUERREIRO, 1958, p. 12). É deste trek que possivelmente fazem parte os bóeres que vieram a instalar-se na Humpata e na Palanca.

dificuldades, especialmente a da falta de água, tendo de abandonar 30 carros com as cargas de rancho, centenas de bois morreram e inclusive alguns companheiros (ALMEIDA, 1912, p.279).¹²

Fotografia: Carro bóer, século XIX-distrito de Moçâmedes, Sudoeste Angolano



Nascimento (1892, p. 25).

Quanto mais para o interior do continente, maior é a fome. Pior que a fome, diziam Capelo e Ivens, era a sede. E quando não tivessem acesso à água potável, a alternativa era molhar o corpo (MARTINS, 2023, p. 690). Seguiu a caravana, sem guia e destino, apenas com uma vontade indomável de se subtrair à influência inglesa e uma fé no futuro, “digna de melhor sucesso” (PAIVA, 1938, p. 280). «Decididos a encontrarem, na África negra do interior, uma região onde possam viver em liberdade religiosa e política, com a escravização dos negros, a seu bel-prazer» (OLIVEIRA, 1968, p. 178). Em 1878 acamparam no Cubango, onde se demoraram mais devido à abundância de caça. Daí atravessaram o rio Cunene e se internaram no Caoco¹³, construindo casas, cultivando terrenos e caçando nas margens do rio Cunene (ALMEIDA, 1912, p. 279). O texto de Artur de Paiva que descreve, com algum recorte literário, o *trek* que levou os bóeres até Angola:

No meio do deserto a falta de água fêz-se sentir de um modo horroroso. Famílias inteiras sucumbiram no mato, depois dos maiores sofrimentos; nalguns raros poços, onde apenas existia lama, acumulavam-se os cadáveres dos animais, que morriam às centenas, depois de devorarem, com sofreguidão, a terra onde existia o menor vestígio de humidade; outros, desvairados pela sede, fugiam em carreiras vertiginosas pelo mato [...] **Dezenas de vagões, grande**

¹² Ver também Duparquet (1953, p. 100).

¹³ O Caoco foi uma terra de descanso eterno para metade dos bóeres, famílias inteiras dizimadas pelo clima insalubre. Ficou conhecido por *Rust plaats* (lugar de descanso). Dezenas de sepulturas lá ficaram para o atestar (PAIVA, 1938, p. 281).

quantidade de víveres, utensílios, roupas e mobílias abandonadas em vários pontos do deserto, cadáveres de animais e sepulturas abertas à pressa, eram os marcos quilométricos daquela estrada de miséria e de dôr [...]. Dramas terríveis se passaram naquela travessia, cuja história ficou apenas na memória dos sobreviventes, de onde eles desejariam varrer o mesmo vestígio [...] O estrume e o sangue dos animais serviram de lenitivo à sede de muitos [...]. Se o martírio das crianças era horrível, imagine-se o que seria o dos pais sem lhes poderem valer (PAIVA, 1938, p. 280, **negrito nosso**).

Fotografia: Pirâmide bóer (Humpata)¹⁴



Fonte: Arquivo do autor (2023).

Os bóeres ouviram falar das terras a margem direita do rio Cunene pelos nativos, missionários e sertanejos. Deste então, começa a exploração desta margem. Neste período a fronteira não estava devidamente estabelecida, os ingleses estavam em expansão, os alemães também aí vagueavam, procurando afirmar-se, uns na margem direita a que os portugueses, diziam suas e, outros na margem esquerda, a que os ingleses diziam suas (Ver AMARAL, 1881, p. 459-460; FELNER, 1940b, p. 191; ALVES, 1966, p. 35). Quem de fato até então mandava na margem direita era Chaungo, o hamba dos humbe, que rapidamente atacará os bóeres como se explica adiante.

¹⁴ A foto mostra um monumento que se encontra em um cemitério bóer (Tchitoto). As sepulturas estão todas destruídas. Tem sete metros de altura, construída com cimento e ferro. Possui quatro faces, na base de cada uma das quais se insculpiu: a) a legenda: Em comemoração de boers sul-africanos. Do Transval a Angola desde 1874 e

Embates no Humbe, a chegada dos bóeres

O Humbe, nos textos portugueses (ver ALMEIDA, 1912, p. 72; FILNER, 1940a, p. 20 e 199) dos séculos XIX e XX é uma vaga região localizada nas proximidades da margem direita do rio Cunene. O seu povo, os humbe, foram agrupados entre os Nhaneka-Humbe por “etnógrafos coloniais”, caso de Estermann (1983, p. 19-20) e Redinha (1969, p. 16), classificação que vai sendo desconstruída por “indígenas etnólogos” como Melo (2005, p. 159-178) e Bahu (2011, p. 49, 55), como já referi. O famoso comerciante sertanejo, Bernardino José Brochado, já em 1844 se internara no Humbe (FILNER, 1940a, p. 269) seguindo as margens do Caculovar, afluente do rio Cunene, numa distância de aproximadamente 340 km (ALMEIDA, 1912, p.18). Nesta altura existia no Humbe quatro reinos: Mulondo, Camba, Handa e Humbe (PÉLISSIER, 2013, p.78).

Os mulondo, concentrados ao longo Cunene variavam entre 10, 12 e 15 mil habitantes. Não chegou ao Mulondo antes de 1844 nenhum europeu, tendo Bernardino José Brochado sido o primeiro. Os hamba eram hostis aos europeus, sobretudo em relação à sua forma de vestir (as calças). Só passava quem se vestisse a sua moda (tanga ou vilambo/tchimkwane) (ALMEIDA, 1912, p.82). Os Handa oscilavam entre 2 a 3 mil, e os Camba entre 5 a 6 mil habitantes, e estes também se enquadram-se nas características ora citadas (PÉLISSIER, 2013, p. 79). O primeiro europeu a chegar na Camba também foi o português Bernardino José Brochado, em 1846 (ALMEIDA, 1912, p.82).

Os Humbe ou ovamkhumbi propriamente ditos apresentavam outro quadro. Oscilavam entre 50 a 70 mil habitantes, e eram menos hostis que os povos descritos. A chegada provável dos portugueses foi em 1845, altura que se fez eleger um hamba, amigo destes e inimigos dos seus vizinhos do além Cunene, os Ambo, sobretudo o subgrupo Cuanhama, seus antigos vassallos (PÉLISSIER, 2013, p.79). A primeira colônia chegou somente no Humbe em 1850, momento em que foi fundado o Conselho do Humbe, uma colônia nominal e com muitos comerciantes, casos de Brandão, Brochado, Serafim e Santos, que tinham formado uma sociedade. A tentativa de ocupação do Humbe só aconteceu a 4 de julho de 1859 com a construção da fortaleza, sob o comando do capitão Miguel G. Almeida no sítio do Bolo-Bole, margem direita do rio Caculovar, junto a embala do hamba, pois a incapacidade de manutenção da fortaleza fez com que a presença portuguesa se circunscrevesse à Huíla (ALMEIDA, 1912, p. 82).

Em 1860, quando se fez eleger um outro hamba, a paz dos portugueses no Humbe terminara. Era nesta altura o chefe do Conselho o Alfeire Nuno da Mata, o futuro governador do distrito de Moçâmedes. Ao que parece, a paz foi restabelecida até 1863 com a retirada das forças

depois. Festa de honra em 5-8 de Julho de 1957; b) na mesma legenda em afrikaans ; c) uma roda de carro bóer; d) o mapa com o itinerário do grande *trek* (GUERREIRO, 1958, p. 27).

portuguesas por razões desconhecidas, tendo retornado em breve para voltarem a se retirar em 1865, tendo mais uma vez Nuno da Mata como o chefe do Conselho. As forças regressam em 1867 já sob o comando do alfeire Andrade. Mas, o Humbe volta a ser abandonado pelas forças em 1878 (ALMEIDA, 1912, p. 88-90). A chegada dos bóeres a 21 de agosto de 1879, no reinado do hamba Chaungo, só existiam no Humbe uma dúzia de funantes (PAIVA, 1938, p. 282).¹⁵ Os portugueses não exerciam nenhuma autoridade sobre os humbe, estavam confinados numa ruína de fortaleza desde 1860 (OLIVEIRA, 1968, p. 178). Não tardou para que o hamba Chaungo atacasse os bóeres:

[...] em 21 de agosto do anno passado [1879] se apresentaram no Humbe, proximo da libata do soba, sete boers montados e armados, e acompanhados por um preto montado n'um boi. Os boers mandaram ao soba uma carta para este a enviar aos brancos; o soba rasgou a carta; de noite reuniu a gente, e na manhã de 22 atacou os boers que apanhou desprevenidos, mas que, respondendo com fuzilaria, passaram o Cunene a nado para o sul com os cavallos, morrendo afogado o preto que lhes servia de guia, e tendo os gentios apprehendido o boi, sete sellins, utensilios de cozinha, capotes, mantas de abafar, etc. (AMARAL, 1881, p. 457).¹⁶

O certo é que três dias após o ataque infligido aos bóeres por Chaungo, um grupo de vinte e cinco bóeres montados a cavalos, armados de espingardas de repetição e carabinas, aparecem no Humbe. Atacam três libatas do soba Chaungo, matam vinte e oito homens e queimam quarenta e três cubatas (AMARAL, 1881, p. 457). Chaungo toma consciência do quanto é movediço o chão que pisa e corre à antiga fortaleza tentando pedir ajuda. Ali encontra sertanejos portugueses e pede que intervenham na questão bóer. Os sertanejos acedem e formam uma comissão composta pelos mais destacados dentre eles, com o objetivo de negociar a paz com os bóeres (AMARAL, 1881, p. 457). Os bóeres recusam negociar com Chaungo e admitem que “pretos” sejam apenas os intérpretes, um da sua parte e outro da parte dos sertanejos. Na conferência os bóeres explicam o que os traz até ali: adquirir vestuário, calçado, bens diversos e inteirar-se da distância até à costa. São informados que a costa, onde se encontra Moçâmedes, fica a trinta dias de carro, devido aos contornos, e quinze dias peando (AMARAL, 1881, p. 457).

Durante a sua estadia no Humbe, Duparquet (1953, p.165) notou apreensão dos portugueses aí residentes, que temiam uma reação violenta da parte do hamba Chaungo, entretanto, o reverendo Carlos Duparquet achou nesta crise uma oportunidade de realizar seu

¹⁵ Santos (2006, p134) chama atenção para que se distinga o funante do comerciante do mato. O primeiro dedicava-se ao comércio do sertão, o segundo o mesmo, só que, após vários anos de contatos com os indígenas, alguns tornavam-se moradores, aliando ao comércio a uma ligeira agricultura, criação de gado e caça.

¹⁶ Também pode ler-se em Duparquet (1953, p. 37-38).

sonho de edificar aí, nos lados do Humbe, a sua missão, cujos empecilhos eram a falta de segurança e de uma via que o colocasse em permanente contato com a Europa, problemas que seriam mais facilmente resolvidos se os bóeres se estabelecessem tal como pretendia, na margem do Cunene que os portugueses mantinham como sua. Carlos Duparquet não foi o único a tirar vantagens da chegada dos bóeres, os sertanejos aí estabelecidos compreenderam o temor que os nativos tinham daqueles, enquanto vagueassem pelos lados do Humbe constituiriam a força de equilíbrio entre os humbe e os bóeres. Sobretudo, a preferência dos bóeres a sertanejos portugueses na resolução da guerra com Chaungo (FELNER, 1940b, p. 191). Cada vez mais o interesse da presença bóer crescia e mais atores engrenavam a ideia de sua fixação no lado português. Ferreira de Almeida, governador de Moçâmedes, chegou a redigir uma carta endereçada aos bóeres, o governador lhes concedia o direito de se estabelecerem na Huíla; isentava-os de quaisquer impostos durante alguns anos; autorizava-os a gerirem os seus próprios negócios, com a condição de reconhecerem a suserania portuguesa; e de submeterem-se a legislação portuguesa (DUPARQUET, 1953, p. 163; PAIVA, 1938, p. 281; OLIVEIRA, 1968, p. 178; MEDEIROS, 1976, p. 166; PÉLISSIER, 1997, p.145).

Pélissier (1997, p.146) é de opinião que os portugueses só suportaram os bóeres porque com estes a população “branca” só por si triplicaria, aumentando assim o seu poder de fogo e garantindo uma maior dinamização do comércio. Achamos que, para além do que Pélissier afirma, os portugueses não podiam ter agido de forma diferente, pois, de contrário, arriscariam ser atacados pelos bóeres e até quem sabe, aniquilados, o que não chegou acontecer devido à habilidade diplomática dos sertanejos portugueses. Uma delegação de catorze bóeres foi apresentar-se em Moçâmedes, tendo partido das Terras Altas da Huíla, a 10 de Agosto de 1880, depois de conhecer os terrenos da Humpata (MEDEIROS, 1976, p. 166-167), que gostaram muito, pois, segundo eles, recordava-lhes o Alto Transvaal (PAIVA, 1938, p. 281). Antes da partida assinaram um acordo com o hamba (soba) da Humpata sobre o seu estabelecimento naquela região (PADRÃO, 1998, p. 100). De Moçâmedes, a comissão volta satisfeita e com o dever cumprido, dando a conhecer aos demais membros o sucedido. Do Caoco marcham até à Huíla, onde chegam a 22 de dezembro de 1880, depois de cinco anos de trabalhos, de sofrimentos físicos e morais (PAIVA, 1938, p. 281). Artur de Paiva ficou como delegado do governo na colônia bóer da Humpata onde os bóeres se fixaram (ALMEIDA, 1912, p. 279-281).

Sudoeste Angolano, uma zona tradicional de guerras

O Sudoeste angolano foi uma zona tradicionalmente de guerras antes da presença europeia, e não apenas entre os anos 1885 e 1915, como analisou Pélissier (1997, p. 141-264),

embora entendamos que este autor se quisesse referir, especificamente, às campanhas de ocupação, ditas de pacificação. Somente uma série de estudos destas guerras poderá revolucionar a compreensão da História, Arqueologia e Antropologia desta região e seus povos, pois, ainda hoje persistem versões que necessariamente não possuem aderência com as versões existentes na tradição oral local. As pesquisas poderão elucidar outras perspectivas de fatos narrados por pontos de vista nem sempre lastreados em vestígios materiais e imateriais.

Para que se tenha uma ideia das guerras do Sudoeste, antes de 1880, ano da chegada dos bóeres, vejamos as seguintes questões a seguir.

Da região Centro-Sul de Angola (nas atuais províncias de Benguela, Huambo e Bié) vinham com significativa regularidade, todos os anos na época seca¹⁷, as Guerras do Nano, assim designadas porque eram invasões predatórias que vinha do Nano (de cima), do planalto central situado mais a norte. As Guerras do Nano eram do tipo de rapina, cujo fim último era a captura de gado e de escravos. Era uma espécie de ritual de iniciação dos pretendentes ao trono das regiões Centro-Sul de Angola, como forma de demonstrarem sua bravura e habilidades na arte da guerra. Eram alvos os povos que não pertencessem ao grupo atacante, e os do Sudoeste Angolano, sobretudo, as regiões das atuais províncias do Cunene, Namibe e Huíla (ARRIMAR, 2016, p. 2). Do Leste, além Cunene (caso do Mulondo¹⁸), atual província do Cunene e parte da Huíla ligada àquela, vinham também, preferencialmente na época seca, as guerras de rapina de kambarikongolo ou dos hotentotes. Na fase embrionária, estas guerras estavam ligadas a processos migratórios de expansão territorial do pasto nos territórios ora ocupado pelos khoi, topnaar, swartbooi, herero e himba, sendo estes empurrados mais para o Sul de Angola. Depois de mais ou menos estabelecida a distribuição étnica¹⁹, as guerras de razia dos hotentotes e dos cuanhamas²⁰, tinham como objetivo principal a razia do gado de todo o Sudoeste Angolano (Ver MURATON, 1894, p. 137; ALMEIDA, 1912, p. 94; CARVALHO, 1997, p. 9).²¹

No Este, nas regiões do Jau e da Bata-Bata, este último, espécie de bastião impenetrável por causa de uma mata densa, onde os hotentote, ova-nano, ova-tyilengue, ova-kuvale, portugueses e bóeres já haviam provado o sabor da derrota em confrontos com estes aguerridos

¹⁷ Durante a época seca o Sudoeste Angolano era mais conturbado, nesta altura o caudal dos rios facilitava a circulação das pessoas e dos bens, período em que as lavouras e colheitas exigiam poucos braços. Era também a época da caça que de certo modo exigia deslocamentos. Estas características aplicam-se, sem exceção, a todo Sul de Angola.

¹⁸ Ver Couceiro (1948, p. 67).

¹⁹ Ver Redinha (1969, p. 16).

²⁰ Que muitas vezes atingiam o Centro-Sul (ver PÉLISSIER, 1997, p. 96).

²¹ Importa aqui especificar as razias à costa do Namibe (Moçâmedes). Sendo exímios criadores, os kuvale sabiam da vulnerabilidade do gado, que facilmente podia ser roubado. Por isso, desde muito cedo, enquanto adolescentes ou buluvulu (em oluvale), ficavam temporadas longe das handas (equivalente à aldeia, mas restritos ao núcleo familiar) aí criando arenas no qual apreendiam a lutar, defesa (rastreamento do gado roubado) e ataque (para roubar o gado) (Ver

ova-mwíla, saiam incursões de razia de gado que iam para todas as direções do Sudoeste Angolano, sobretudo rumo aos povos vizinhos da serra abaixo (Moçâmedes) (ver MURATON, 1894, p. 137; ALMEIDA, 1912, p. 94). Ainda do Este, da costa (Namibe), saiam as guerras de razia de gado, denominadas kunyanga (ovita ou guerra), feita pelos kuvale. A particularidade desta em relação às demais residia no fato de ser feita longe, sobre o gado de quem não se conheciam os “donos” (CARVALHO, 1997, p. 71-72).²² Descritas deste modo, as guerras do Sudoeste Angolano parecem ter sido bastante fáceis de entender, inteligíveis para qualquer leitor, quando na verdade, se encontram ainda poucos estudos publicados sobre este assunto.²³ Pois, para além das citadas guerras, existiram as que se voltavam para a submissão entre as ombala, as de sucessão ao trono, as de traições e de cumplicidades²⁴, além de outras dezenas como ilustra Carlos Estermann:

Todos os homens são soldados, isto é, servem na guerra, e todos andam armados, mesmo em tempo de paz. As guerras, tendo por pretexto ofensas ou injúrias a vingar, ou direitos dinásticos a sustentar, têm por fim verdadeiro a conquista ou usurpação dos bens alheios, isto é, são sob uma forma mais simples o que são ainda entre nós (ESTERMANN, 1989, p. 148).

Do que conseguimos perscrutar, sublinhamos o fato de apenas ter existido um efêmero reino do Matamam e com a decadência deste, a emergência dos reinos do Nkhumbi (Humbe) e o da Huíla, cujos poderes foram mais nominais que efetivos, e que depressa cederam o poder as pequenas ombala que se multiplicaram em dezenas, quase que independentes umas das outras. Isto explica em parte a questão discutida por Pélissier (1977, p. 287), sobre o fato de não ter existido um líder que pudesse coligar estas forças para vencer os europeus. Apesar da desunião existente entre os povos do Sudoeste Angolano, os portugueses quase não tinham domínio sobre eles, como se pode inferir do que nos diz Paiva (1938, p. 283), que roubavam e matavam o homem “branco” e ficavam impunes. Por isso, foi-lhes muito útil a chegada dos bóeres ao Sul de Angola, um povo combativo e habituado a uma vida dura, adaptado ao terreno e ao clima dado que já era o resultado de várias gerações nascidas no Sul de África.

CARVALHO, 1997, p. 20). Todavia, em meados do século XIX, os hotentotes passaram a ter vantagens sobre os kuvale, dado as armas de fogo que tinham adquirido (PÉLISSIER, 1977, p. 147).

²² Não conheciam os donos está entre aspas, pois os kuvale conheciam os donos do gado que roubavam, seus vizinhos de Quilengues. Estes últimos também roubam dos Kuvale. Por isso, estas guerras eram chamadas de razias recíprocas.

²³ Ver Almeida (1940a, p. 77-109); Paiva (1938, p. 27-156); Couceiro (1948, p. 67-77); Carvalho (1997, p. 9, 71-72) Pélissier (1977, p. 141-264) e Arrimar (2016, p. 2-17) que constituem a bibliografia elementar sobre as guerras do Sudoeste Angolano que pudemos consultar e recomendamos.

²⁴ A Guerra do Nano, que ocorreu em março de 1860, devastou a Huíla (tendo sido mortos oito “brancos”, incluindo o comandante da fortaleza), o Jau, a Humpata, tendo chegado à costa, até Moçâmedes, cogitando-se a cumplicidade do hamba Binga e dos Gambos (ARRIMAR, 2016, p. 7-8).

Pereira do Nascimento, que calcorreou estas terras nos finais do séc. XIX, chega a afirmar que quando os bóeres entraram do Sudoeste angolano, entre 1879 e 1880, a influência portuguesa «no plan'alto era insignificante, existindo apenas pequenos núcleos de portugueses, que então viviam na Huíla e no Humbe, dependentes da autoridade dos povos indígenas» (NASCIMENTO, 1892, p. 56). De fato, o Sudoeste Angolano era muito violento, mas as populações estavam acostumadas, sendo elas próprias motivadoras desse clima. A guerra de razia, diz Carvalho (1977, p. 71-72), era uma estrutura «compensada por outra acção de razia», ou seja, quem fosse atacar, “esperava o troco”, uma espécie de reciprocidade no ataque e na gestão dos bens.

Este sistema ora encontrado pelos europeus que aí passaram a circular, não lhes permitia viver um clima mais atrativo para a atividade comercial e a obtenção de lucros.²⁵ Destruí-lo e implantar outro ambiente ou realidade foi a pretensão dos portugueses com a instalação de fortalezas junto aos potentados africanos. Porém, de acordo com Paiva (1938, p. 98) estas se mostraram-se inúteis, pois a autoridade portuguesa circunscrevia-se a elas, não dominando os espaços envolventes. O problema das fortalezas, caso da localizada no Humbe, como observou Pélissier (1997, p. 145), era o da sua manutenção e capacidade de defesa e de combate, sobretudo por que eram construídas junto dos potentados africanos que acabavam por destruir muitas delas.

6. Bóeres no Sudoeste Angolano, agentes da pacificação ou mercenários dos portugueses?

Tendo-se provado a incapacidade das fortalezas para um domínio mais efetivo dos povos do Sudoeste, os portugueses e seus aliados bóeres enveredaram pelas campanhas ditas de pacificação, cujo objetivo principal é o de analisar o papel dos bóeres. Para tal, procura-se responder a duas hipóteses: (1) a de que os bóeres terem sido agentes de pacificação dos portugueses; e (2) a de que os bóeres terem sido mercenários dos portugueses. Em todas as campanhas de Artur de Paiva, desde os Gambos, em 1881 (PÉLISSIER, 1997, p. 148), a Caconda, ao Cubango e Cassinga, 1885, Ambuelas e rio Cubango, 1886, recuperação do Forte Princesa Amélia, 1889 e ao Bié, 1890 (Ver PAIVA, 1938, p. 27-156), com exceção da campanha ao Cuamato²⁶ (Ver COUCEIRO, 1948, p. 272-273), os bóeres participaram em todas sobre a designação de auxiliares.²⁷ De acordo com as Instruções do Corpo de Irregulares do distrito da

²⁵ É o caso das guerras dos Gambos (1855-1856) que fez estagnar o comércio da Huíla e de Moçâmedes (ARRIMAR, 2016, p. 5).

²⁶ Ainda assim participaram três auxiliares bóeres. Os portugueses, que dificilmente combateram sem aqueles, na sua ausência ficavam aflitos e quando começaram a vencer sem a sua influência, foi como se tivessem ganho a emancipação.

²⁷ Também foram mercenários dos portugueses os guerreiros (chimba e hotentote) de Orlog ou Vita. E do exército português, dos finais do séc. XIX aos anos 20 do séc. seguinte, faziam parte atiradores bóeres e tropa irregular de

Huíla de 21 de maio de 1908, no seu artigo 4, n.º 1, o auxiliar era a patente mais baixa a que um europeu tinha acesso no Sudoeste Angolano. No seu artigo 7 diz que os mesmos podem ser «sargentos e 1º cabos de qualquer arma, mas de preferência de cavallaria» (ALMEIDA, 1912, p. 152).

Embora a participação dos bóeres como auxiliares dos portugueses tivesse começado em maio de 1881, na guerra dos Gambos (Ver PÉLISSIER, 1997, p. 148), o único regulamento a que tivemos acesso é esse datado de 1908, e é provável que se tenha baseado nas operações anteriores a que os aos bóeres tinham participado. Das leituras dos relatórios de Artur de Paiva, o português com quem os bóeres mais combateram, conviveram e inclusive deram uma esposa, não há nenhum esclarecimento sobre estes serem designados vagamente de auxiliares, conforme atribuição dada pelo regulamento de 1908. Cogitávamos que Artur de Paiva quisesse omitir o protagonismo destes, contudo, em carta redigida por colonos, estes reclamavam para as autoridades da metrópole, a propósito do comportamento inadequado dos bóeres, apesar de serem pagos com fundos públicos pela sua participação nas campanhas, ditas de pacificação (Ver ALMEIDA, 1912, p. 285).

Aquando das críticas que estes iam sofrendo da parte de indígenas e de portugueses, o protagonismo dos bóeres foi manifesto, sobretudo quando pretenderam sair do planalto da Huíla e Artur de Paiva se opôs firmemente, como se pode ver nesta breve passagem que citamos do seu relatório: «Rejeitei algumas propostas que me foram feitas e combati por todos os meios a emigração e os seus instigadores» (PAIVA, 1938, p. 285). Outros autores (NASCIMENTO, 1892, p. 55-56; COUCEIRO, 1948, p. 172) não só atestam o papel dos bóeres durante as guerras de ocupação, ditas de pacificação, como lhes reconhecem valor como criadores e agricultores. Nascimento (1892, p. 56) terá afirmado que não havia dúvida que, anteriormente à chegada dos bóeres, os portugueses tinham pouca autoridade sobre os indígenas, e que eram os próprios hamba, quando lhes convinha, a protegerem os sertanejos e os missionários das constantes guerras ou de qualquer transgressão, mas com a chegada daqueles, os portugueses passaram progressivamente a ganhar mais terreno e poder.

Couceiro (1948, p. 272) confirma isso, afirmando que o governo português se viu «obrigado a recorrer com frequência ao braço desses seus colonos estrangeiros, em serviços vulgares de ocupação, manutenção da ordem, repressão de agitações revoltosas». Tanto é que quando os bóeres começaram a sair de Angola, diz Paiva (1938, p. 285), que circulou uma opinião geral entre os indígenas que «diziam, alto e a bom som, que depois ajustaria as contas aos portugueses que ficassem, e que, efetivamente, eram em número diminuto para se poderem

africanos, geralmente herero. E não ficava só por estes. Um exemplo: no ataque à ombala de Hangalo, soba do Mulondo (1905), o exército português contava com dezenas de landins, como eram conhecidos os tongas de

defender». Já em 1890, apercebendo-se que a maioria dos bóeres tinha ido para a campanha do Bié, os hotentotes ameaçaram assaltar a Chibia, chegando mesmo a entrar na povoação (ALMEIDA, 1912, p. 95).²⁸

Quanto à segunda hipótese, a dos bóeres terem sido mercenários dos portugueses, quanto a nós não se diferencia da que foi aqui apresentada. Ou seja, se de um lado os bóeres foram agentes da pacificação²⁹, designados de auxiliares nos textos portugueses, por outro sabe-se que eram pagos em numerário e, sobretudo, em bois, pelos serviços prestados nas ditas campanhas. Não se sabe quais eram os valores normalmente praticados. Mas, na campanha ao Cubango, Paiva (1938, p. 57) diz ter pago a diária a 1.000 réis. Como fizemos referência, parte destes valores saía nos cofres públicos, caso das campanhas do Humbe, Cubango e do Bié (ALMEIDA, 1912, p. 282-283). Agentes da pacificação ou mercenários, o certo é que os bóeres ajudaram a destruir o sistema então existente, que embora caracterizado pela violência, sobretudo quando nos referimos à habitual razia entre os povos pastores da região, sabe-se que constituía uma «razia recíproca», isto é, fazendo circular, de forma agressiva é certo, a sua principal riqueza, o gado bovino, enquanto mantinha os jovens ativos e ocupados. Não podemos deixar de mencionar que muitos bóeres morreram, pelas causas portuguesas, o primeiro em maio 1881, na guerra dos Gambos (PÉLISSIER, 1997, p. 148), e um número considerável em 1897, no Pocolo, quando o esquadrão de Dragões perseguia os hotentotes que realizavam razias (ALMEIDA, 1912, p. 98).

Fotografia: Cemitério bóer do Ruival (Humpata)



Fonte: Arquivo do autor, 2023.

Importa também lembrar aqui o que nos diz Nascimento (1892) sobre a importância do trabalho missionário no controle dos povos mais insubmissos do Sudoeste:

Moçambique, e mais de 70 atiradores bóeres.

²⁸ Os colonos da Chibia terão acusado os bóeres de se terem mascarado de hotentotes para roubar o seu gado (PAIVA, 1938, p. 289), o que nos parece pouco verosímil. O fato histórico referido no texto é recriado no romance de Arrimar (2013, p. 145-149) - *O Planalto do Kissonde*.

²⁹ Pacificação, na perspectiva portuguesa; Subjugação, na perspectiva dos indígenas.

«dos beneméritos missionários sobre o animo dos indígenas, sabendo-se que os aguerridos povos do Jau e Bata-Bata, até então insubmissos às nossas armas, estão hoje totalmente pacificados e subordinados ao nosso domínio, desde que começaram a sentir a benéfica acção da missão do Jau» (NASCIMENTO, 1892, p. 94).

Assim, além da luta física entre europeus e africanos, houve uma ideológica, de âmbito religioso: fragilizando, amenizando e dividindo os africanos, com vantagem às vezes solidificadas no campo militar. Contudo, este ponto deve ser devidamente estudado, pois, mal interpretado, reforça os mitos³⁰ da incapacidade de organização dos africanos, sabiamente debatido por Joseph Ki-Zerbo. À chegada dos portugueses, como foi dito, a migração dos povos³¹ do Sudoeste Angolano não estava ainda concretizada e solidificada, uma das razões das constantes guerras. Aliás, a guerra chegou a ser considerada como um ritual de passagem, pois todos os anos, na época seca, sucediam as guerras do Nano, kambarikongolo ou dos hotentotes, do kunyanga, entre tantas outras como já referido, em disputa do gado, o bem mais precioso.

Este estado de situações levou a que os portugueses se aliassem aos diversos grupos beligerantes, inclusive contratando mercenários bóeres e africanos (preferencialmente os dâmara, herero, hotentotes, muchimba, bushman, entre outros). Os africanos foram sendo dominados por causas variadas, algumas das quais aqui apontadas, sendo a maioria delas determinadas pela estrutura política relativa ao micro poder derivadas da existência de muitas ombala, independentes uma das outras e quase sempre em conflito. Entretanto, existiram situações de comoção genérica, caso da peste bovina de 1897, em que os humbe e outros subgrupos acusaram os "brancos" de terem trazido tal moléstia, o que fez com que se rebelassem a 12 dezembro de 1897, interrompendo assim as comunicações no planalto e até aniquilassem uma parte importante do exército português, os pelotões da companhia de Dragões da Humpata, sob o comando do tenente João Carlos Saldanha de Oliveira e Daun, conde de Almostr. Tratou-se de um dos episódios das campanhas coloniais que os portugueses tiveram por mais dramáticos (ALMEIDA, 1912, p. 98).

Contudo, a rebelião acabaria por enfraquecer pelo fato de o principal elemento na coesão social dos povos pastores (cerimônias mágico-religiosas, de iniciação à fase adulta, de casamento, de viuvez, etc.), estarem visivelmente perturbados pela circunstância de se terem

³⁰ A África Negra não é uma parte histórica do mundo. Não tem movimentos, progressos a mostrar, movimentos próprios dela (...) a África propriamente dita não tivera história (...). As raças africanas propriamente ditas—à exceção do Egito e de uma parte da África Menor— não participaram na história (...). Estes povos (africanos) nada deram a humanidade (...). A grande maioria dos povos africanos, como não têm classes, não constituem Estados no sentido estrito da palavra (...) a história da África Negra não tem importância (...) a passividade histórica dos povos africanos, e dos povos negros em particular (...) (KI-ZERBO, 1972, p. 10-14). ler esses mitos na íntegra nas páginas citadas.

desfeito uma grande parte das manadas, por causa da terrível epizootia que se alastrou pelo Sudoeste Angolano.³² Contudo, o intervalo que se verificou na guerra trouxe a paz, mas outras guerras seletivas, uma espécie de violência autorizada, quer física ou administrativa, que como exemplo podemos referir a cobrança do imposto de cubata ou de palhota, em 1906, substituído pelo imposto indígena, em 1919.

O poder da violência, umas vezes mais evidente, outras mais subterrânea, tornar-se-á o privilégio de uns, diferente da que caracterizava as antigas razias que eram guerras restritas, mais localizadas, até mais igualitárias (na sua agressividade) e marcadas pela reciprocidade, como já tivemos oportunidade de referir aqui. Já a realidade colonial, à medida que o tempo passava, possibilitava que muitos dos seus representantes, colonos e autoridades locais, pudessem se envolver, para além da violência das campanhas já aqui referidas. Ou seja, no roubo de gado aos naturais, do qual o exemplo mais evidente foi o da Guerra dos Mucubais, situações que inevitavelmente eram sempre acompanhadas de crueldade e arbitrariedade (CAMPOS, 2021).

Considerações finais

A penetração portuguesa no interior do Sudoeste Angolano deu-se quase na segunda metade do século XIX, embora a costa de Moçâmedes fosse conhecida e explorada desde 1641 por negreiros que procuravam por água doce. Só depois de 1840-1844 é que se funda a Fortaleza de S. Fernando, na qual de fato havia uma presença efetiva dos portugueses ao Sul de Benguela, antes deste período era em Caconda-a-Nova, desde 1769, mas a fortaleza foi destruída várias vezes pelos ovimbundu, pois, os portugueses aí instalados pretendiam controlar as rotas comerciais e destruir as tradicionais Guerras do Nano. A expansão foi tão lenta que só em 1834 se volta a construir outra fortaleza a Sudoeste desta, a Fortaleza de Quilengues, a semelhança a de Caconda-a-Nova, também foi atacada várias vezes pelos mundombes, subgrupo Ovimbundu, pelos muvales, subgrupo Herero e pelos próprios muchilengues, subgrupo Nhaneka-Humbe. Mais a Sul, na mesma época, entre 1768 a 1769 existiu a efêmera colônia portuguesa de Alba Nova, que não resistiu até ao ano de 1794, tendo ressurgido e caído várias vezes, conhecida genericamente pela designação de colônia da Huíla. Referimos a segunda metade do século XIX como a mediana de penetração porque foi a partir deste período que os funantes e os comerciantes do mato se internam com alguma frequência por quase todo Sudoeste Angolano, entretanto em número diminuto.

³¹ Ver Redinha (1969, p. 16).

³² Apenas a título de curiosidade, este tema é literariamente recriado em *O Planalto do Kissonde*, de Arrimar (2013, p. 159-165) no cap. XVII «No Humbe os bois morrem aos milhares».

Estes portugueses que se internavam no sertão, pelo número reduzido que era e pela posse de armas de fogo, não exerciam nenhuma autoridade sobre as populações do Sudoeste Angolano, aliás, como ficou dito ao longo da exposição, eram meros comerciantes, cujo desejo da dominação dos indígenas só surgirá mais tarde aliada aos objetivos imperialistas da coroa, também pressionada pelas decisões da conferência de Berlim para protegerem seus interesses comerciais. Por isso, mais tarde a própria literatura colonial portuguesa criara a designação de colonização oficial, para distinguir o período ora analisado, sendo o período posterior, o da “colonização oficial”, àquela feita a custo do império e com funcionários públicos, quando fosse possível.

A dita “colonização oficial” teve sempre como estratégia a construção de fortalezas junto dos antigos potentados africanos, no qual, salvo exceção, os sertanejos se estabeleciam; estes assentamentos eram feitos preferencialmente nas terras mais populosas possíveis, por razões comerciais, com exceção das populações mais hostis. Os dois poderes paralelos, africano e europeu, acabaram desenvolvendo uma tolerância baseada na mútua sobrevivência, qual seja, da parte dos potentados africanos o interesse residia numa aliança estrangeira que pudesse fornecer armas de fogo e conselhos militares devido as constantes guerras com os povos vizinhos ou as frequentes tentativas de cisão interna; do lado dos portugueses interessava um aliado dócil e maleável aos seus interesses, que geralmente consistiam em transações comerciais favoráveis ou mesmo monopolista, assim como um aliado para derrubar o hamba que não aceitasse ser maleável aos interesses portugueses. A decadência de um dos exércitos, africano ou europeu, quebrava a bicefalia ou o paralelismo do poder. Foi o que sucedeu às regiões onde a presença portuguesa foi aniquilada ou quando esta dominou os nativos. Por essa razão, os líderes, africanos e europeus, circunscritos ao Sudoeste Angolano que cedo perceberam estes meandros do poder, puderam resistir as guerras ocorridas neste espaço, que não eram poucas e simples, como foi analisado ao longo deste artigo.

Nesta parte de Angola, no Sudoeste, o fato de não ter existido um hamba com efetivos poderes de um vasto de território e sobre as suas populações, dificultou ainda mais a dominação, pois, se houvessem dois ou três, assim que um hamba fosse capturado ou morto, seus súditos se renderiam. Esta, no entanto, não foi a realidade do Sudoeste Angolano, como se disse, no qual existiam dezenas de potentados, independentes um dos outros e sempre dispostos a guerrear, ao ponto de condicionar o comércio europeu. Por essa razão, as campanhas de pacificação tinham como objetivo destruir o sistema ora encontrado e substituí-lo por outro que favorecesse o sistema capitalista, e para isso os portugueses contaram com a força dos bóeres e de outros mercenários africanos. Entretanto, os limites desta exposição não permitem aflorar como foi a implementação deste sistema, especialmente no que diz respeito a colonização do Sudoeste, que

também teve as suas complexidades e particularidades, no caso, alguns povos mais insubmissos que outros, que preferiram o mato para continuar a resistir.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALMEIDA, João de. **Sul d'Angola: Relatório de um governo de distrito (1908 —1910)**. Lisboa: Composto e impresso na Typ. do Anuario Commercial, 1912.

ALVES, Henriques. **A Congregação do Espírito Santo**. Lisboa: Cem anos em Angola, 1966.

AMARAL, Ferreira do. **Apontamento para a História do estabelecimento da colónia S. Januário Nos terrenos da Humpata (Distrito de Mossamedes)** (2 ed.). Lisboa: Sociedade de Geographia, 1881.

ARRIMAR, Jorge. **O planalto do Kissonde**. Luanda: Chá de Caxinde, 2013.

ARRIMAR, Jorge de. Os Gambos, o Humbe, as Guerras do Nano e os Portugueses (1844 – 1915). **Obtido em Scribd**, p.1-17, 31 de Maio de 2016. Obtido em 26 de Agosto de 2022, de <https://pt.scribd.com/document/314418784/Os-Gambos-o-Humbe-as-Guerras-do-Nano-e-os-Portugueses-1844-1915>.

BAHU, Helder Alicerces. A noção de subalternidade e a distribuição étnica em Angola. In: PEIXOTO, João; FERNANDES, Duval (Org). **Migrações**. Lisboa: Associação das Universidades de Língua Portuguesa, 2011, p. 49-61.

BHEBE, Ngwabi. Os britânicos, os bóeres e os africanos na África do Sul 1850-1880. In: AJAYI Ande (Org). **História Geral de África VI: África do século XIX à década de 1880**. Brasília: Unesco, 2010, p. 169-247.

CARVALHO, Rui Duarte. **Aviso à navegação: Olhar sucinto e preliminar sobre os pastores kuvale da província do Namibe com um relance sobre as outrassociedades agropastoris do Sudoeste de Angola**. Luanda: Instituto Nacional do Livro e do Disco, 1997.

COUCEIRO, Henrique de. **Angola (dois anos de governo Junho 1907- Junho 1909) História e comentários**. Lisboa: Tipografia Portuguesa, 1948.

DUPARQUET, Carlos. **Viagem na Cimbedásia - Versão portuguesa por Gastão de Sousa Dias**. Luanda: Museu de Angola, 1953.

EPIFÂNIO, António Ndelesse. **Os bóeres de Angola. Reconstituição do legado da sua passagem pelas terras da Humpata 1880-1928**. (*Dissertação de Mestrado*). Lubango: ISCED-Huíla, 2023.

ESTERMANN, Carlos. **Etnografia de Angola (Sudoeste e Centro)** (Vol. II). Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1983.

ESTERMANN, Carlos. **Etnografia de Angola (Sudoeste e Centro)**. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1989.

FELNER, Alfredo de Albuquerque. **Angola: Apontamento sobre a colonização dos planaltos e litoral do Sul de Angola** (Vol. II). Lisboa: Agência Geral das Colonias, 1940.

- FELNER, Alfredo de Albuquerque. **Angola: Apontamentos sobre a colonização dos planaltos e litoral do Sul de Angola** (Vol. III). Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1940.
- GUERREIRO, Manuel Veiga. Os boers em Angola. **Garcia de Orta**, Vol. 6, n.1, p.11-31, 31 de Novembro de 1958.
- KI-ZERBO, Joseph. **História da África Negra**. Portugal: Biblioteca Universitária, 1972.
- MAGALHÃES, Leite de. Angola: A colonização e o desenvolvimento de Angola. **Gazetas das colónias**, Vol.12, n.27 e 28, p. 7-13, 25 de Outubro de 1925.
- MALOWIST, M. A luta pelo comércio internacional e suas implicações para a África. In: Bethwell Allan Ogot (Org). **História geral da África, V: África do século XVI ao XVIII**. Brasília: UNESCO, 2010, p. 1-26.
- MARTINS, Luísa Fernanda Guerreiro. O alimento e a sobrevivência em viagens de exploração territorial africana. In: PINHEIRO, Joaquim; SOARES, Carmen (Org). **Patrimónios Alimentares de Aquém e Além-Mar**. Coimbra University Press, 2016, p.677-698.
- MEDEIROS, Carlos Alberto. **A Colonização das terras altas da Huíla (Angola): Estudo de geografia Humana**. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 1976.
- MELO, Rosa. Nyaneka-Nkhumbi»: Uma carapuça que não serve aos Handa, nem aos Nyaneka, nem aos Nkhumbi. **Cadernos de Estudos Africanos**, Vol.7, n.8, p.159-178, 2005.
- MURATON, Padre L. **Portugal em África**. Lisboa: Typhografia da Casa Catholica, 1892.
- NASCIMENTO, J. Pereira do. **O Distrito de Mossamedes**. Lisboa: Typographia do Jornal, 1892.
- OLIVEIRA, Mário António Fernandes de. **Angolana (Documentação sobre Angola)**. Luanda: Instituto de Investigação Científica de Angola, 1968.
- OLIVER, Ema. Religious Afrikaners, irreligious in conflicts. **HTS Teologiese Studies**, Vol.75, n.1, p.1-7, 2019.
- PAIVA, Artur de. **Artur de Paiva com um prefácio por Gastao Sousa Dias**. Lisboa: Divisão de Publicações e Biblioteca, 1938.
- PÉLISSIER, René. **História das Campanhas de Angola: Resistência e Revoltas 1845-1941**. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.
- REDINHA, José. **Distribuição étnica da província de Angola**. Angola: Centro de informação e turismo de Angola, 1969.
- SANTOS, Maria Emília Madeira. A cartografia dos poderes. Da matriz africana à organização colónia do espaço. **Africana Studia**, Vol. 1, nº9, 2006, p.129-143.
- WONDJI, C. Os Estados e as culturas da costa da Alta Guiné. In: BETHWELL, Allan Ogot. **História Geral da África V: África do século de XVI ao XVIII**. Brasília: Unesco, 2010, p. 437-473.

Recebido em: 25/02/2023
Aprovado em: 30/05/2023